II Congresso Internacional das **Ciências Agrárias** COINTER - PDVAgro 2017

AS ESPECIFICIDADES DE CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO AMAZÔNICO: UM ESTUDO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ, ESTADO DO PARÁ

Apresentação: Comunicação Oral

Maria de Nazaré Gonçalves Nogueira¹; Kelly de Jesus de Souza Gomes²; Alana Caroline Garcia da Silva³; Elizeth Marques de Souza⁴; Shauma Tamara do Nascimento Sobrinho⁵

Resumo

O campesinato refere-se ao conjunto de famílias camponesas existentes em determinado território e está interligado com a agricultura familiar, pois ambos estão relacionados no que se refere às visões políticas e socioeconômicas além da relação existente entre homem e natureza. O trabalho teve por objetivo caracterizar o campesinato da mesorregião de Cametá, buscando compreender como se deu a constituição desta forma social de produção na região. A identificação destas características, deram-se a partir de uma atividade realizada durante o tempo comunidade pelo curso de especialização em Agroecologia, do IFPA-Campus Cametá, no período de 31 de maio e 02 de junho de 2017, na comunidade de Ajó, localizada a 20 km do centro urbano, com a participação de 12 agricultores. Foi realizado a caminhada transversal, para obtenção de informações sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos; e então fez-se uma caminhada linear, percorrendo o espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes. Ao longo da caminhada, foram identificados todos os aspectos que surgiram pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam. Para a coleta de dados específicos como, idade, escolaridade e componentes familiar, realizou-se a aplicação de questionário como os agricultores; e com o intuito de detalhar sobre os sistemas produtivos e de infraestrutura social de cada propriedade, utilizou-se a ferramenta Mapa da Propriedade, a qual possibilitou analisar e entender a organização produtiva em nível de propriedade. Foram levantadas também, questões sociais, econômicas, ambientais, identificando no ambiente interno as fortalezas e fraquezas e no ambiente externo as oportunidades e as ameaças da comunidade, por meio do painel de visualização. A comunidade apresenta boa organização coletiva, principalmente do grupo de mulheres e realização de mutirões, promovendo o fortalecimento da comunidade. Nas unidades de produção, prevalece o sistema de policultivo, esse sistema tem um importante papel no equilíbrio sustentável entre homem e natureza, conservando-a e interagindo com a mesma.

Palavras-Chave: campesinato, agricultura familiar, constituição social.

Introdução

¹ Especialização em Agroecologia, IFPA, nazanogueira@hotmail.com

² Engenheira Agrônoma, UFPA, kellyksg2002@yahoo.com.br

³ Tecnóloga de Alimentos, UEPA, caroline_alana@hotmail.com

⁴ Licenciada em Ciências Biológicas, UNIASSELVI, zethsouza@yahoo.com.br

⁵ Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio) e Mestranda em Desenvolvimento Rural e Empreendimentos Agroalimentares (Instituto Federal do Pará/Campus Castanhal), shauma_2009@hotmail.com

A comunidade de Ajó está localizada no município de Cametá, estado do Pará é composta por 92 famílias e foi fundada em 1972. A microrregião cametaense se destaca na região por apresentar associações dos moradores com base fortalecida, que é um dos pilares de desenvolvimento para a comunidade, principalmente pela trabalho das mulheres.

A representação social da agricultura brasileira vinculada a grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras, padrão tecnológico moderno e sofisticado marcou desde as origens, a história do campesinato no Brasil. No campo ideológico da agricultura capitalista se afirma na diferença entre atrasado e moderno e, não na contraposição de lógicas de produzir, apagando a presença do campesinato e, negando o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade (WANDERLEY, 1996, 2014; MARQUES, 2016).

A luta por espaço próprio na economia e na sociedade e, as estratégias de luta (espaço produtivo, constituição do patrimônio familiar e, estruturação da unidade como um espaço de trabalho da família) tornam-se o núcleo central das estratégias de lutas do campesinato no Brasil. A organização e resistência visando manter a estrutura de reprodução como camponês para as gerações que seguem estão diretamente ligada ao modo de se produzir, sendo esta característica importante do campesinato (MARTINS, 2016; MARQUES, 2016).

Definido como um modo de vida, baseado no trabalho familiar e, no trabalho como valor de uso, o conceito de campesinato se torna pertinente na atualidade para a compreensão da realidade agrária brasileira. Sendo compreendido na sua especificidade e, nas relações que o constituem em formações sociais e econômicas concretas, o conceito de campesinato assume no tempo e no espaço padrões de relações sociais distintas (WANDERLEY, 1996, 2014; MARQUES, 2016).

O campesinato na microrregião de Cametá se constitui basicamente pela agricultura familiar, as organizações coletivas, como a Associação Agroextrativistas dos Moradores do Ajó (AMA), se destacando o grupo de mulheres e realização de mutirões nas unidades de produção e na comunidade católica, eixo fortalecedor na comunidade. Nas unidades de produção, prevalece o sistema de cultivo consorciado e criação de pequenos animais.

O estudo em questão teve por objetivo geral, caracterizar o campesinato da mesorregião de Cametá, buscando compreender como se deu a constituição desta forma social de produção na região.

Este artigo está estruturado em quatro momentos: Inicialmente se discute teoricamente os conceitos de campesinato. Em seguida é apresentada a metodologia utilizada para o levantamento dos dados. Seguindo para os resultados e discussões da pesquisa, em que as

categorias de análise foram, acesso a terra, produção, estratégias familiares e relação com a sociedade. Finalizando com as conclusões obtida com o trabalho.

Este estudo é resultante da pesquisa desenvolvida no I Tempo-Comunidade do curso de especialização em Agroecologia do Instituto Federal do Pará/Campus Cametá e que, envolveu a disciplina de História do Campesinato na Amazônia.

A atividade de campo foi realizada no período de 31 de maio e 02 de junho de 2017, na comunidade de Ajó, localizada a 20 km do centro urbano de Cametá, com a participação de 12 agricultores.

Fundamentação teórica

Denomina-se campesinato como uma forma social de produção, formada por um conjunto de famílias camponesas existentes em determinado território, fundamentada no caráter familiar, tanto nos objetivos da atividade produtiva (necessidades da família) quanto do modo de organização do trabalho (cooperação entre os seus membros) (WANDERLEY, 2014.). De modo geral, o campesinato constitui-se:

Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine (OLIVEIRA, 2006, p.16).

Identifica-se que, mesmo havendo certo grau de autonomia no modo de produzir, as comunidades não tem uma completa independência do mercado capitalista, uma vez que existe dependência de renda em relação ao mercado consumidor, sendo que, a autonomia existente se refere ao modo de produção, viabilizando sua especificidade.

No Brasil o campesinato ressalta-se pela força de trabalho familiar e pelas particularidades que existem no seu modo de produção, além das lutas por um espaço produtivo. Tendo como objetivo uma melhor condição de vida familiar.

A situação de classe ou condições materiais e a vivência e percepção desta situação se tornam elementos fundamentais para compreender as lutas sociais, seus conteúdos, e a formação dos sujeitos políticos.

- Conceito-chave para a análise dos processos sociais e políticos que ocorrem no campo e suas contradições.

O campesinato no Brasil tem um processo histórico marcado, de um lado, por lutas para se reproduzir no meio social, implicando em vários embates com diferentes segmentos sociais, se destacando com os grandes proprietários de terra, de outro lado, pela atuação do estado nas imposições de projetos excludentes. (MARQUES, 2003)

De uma região para outra as formas de constituição do campesinato se alteram de acordo com a realidade e processo histórico da região, como por exemplo na região Sul do Brasil são marcados pelas lutas pela terra. Já na Amazônia, o campesinato se reproduz a partir de uma combinação do trabalho familiar, voltados para atividades como agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, entre outros (COSTA et al 2015).

Metodologia

A pesquisa apresenta uma abordagem de natureza qualitativa. A metodologia utilizada para alcançar o objetivo da mesma, foram algumas ferramentas de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Tais como: DRP; caminhadas transversais e linear; mapa da propriedade e FOFA.

A ferramenta metodológica denominada de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), é composto por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa, que possibilita a obtenção de informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo, a fim de identificar problemas, causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os sujeitos sociais (VERDEJO, 2006). Dentre os recursos metodológicos utilizados estão:

- a) Caminhada transversal (Figura 1), que, permitiu a obtenção de informações sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos.
- b) Caminhada linear (Figura 2), em que percorreu o espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes, sendo feitas anotações de todos os aspectos que surgiram da observação em cada uma das diferentes zonas que se cruzam.
- c) Questionário (Figura 3), aplicado com agricultores para a coleta de dados específicos como, idade, escolaridade e componente da família.

Utilizou-se informações preliminares tais como, tipo de atividades agrícolas desenvolvidas; personagens atuantes; diversidade de produção; escoamento da produção e etc. Algumas fornecidas pela Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes – APACC, outras pela Associação agroextrativista dos moradores do Ajo – AMA. A partir destas

informações, foram definidos os instrumentos de coleta de dados necessários à condução do diagnóstico, reuniões com os pesquisadores envolvidos para avaliação das metodologias propostas pelos mesmos, respeitando o critério de “pertinência local”.

A pesquisa envolveu agricultores da comunidade Ajó, com o intuito de detalhar sobre os sistemas produtivos e de infraestrutura social de cada propriedade. Utilizou-se a ferramenta Mapa da propriedade, Figura 2, a qual foi possível analisar e entender a organização produtiva em nível de propriedade.

Foto 2, 3 e 4 - Realização do Mapa da propriedade na comunidade do Ajó. Fonte: Própria.

Além disso, levantou-se discussão no grupo sobre questões sociais, econômicas, ambientais, identificando no ambiente interno as fortalezas e fraquezas e no ambiente externo as oportunidades e as ameaças da comunidade, por meio do painel de visualização FOFA, Figura 3.

Figura 3. Realização do Painel de Visualização FOFA na Comunidade do Ajó. Fonte: Própria.

Por fim, a observação participante e o caderno de campo foram úteis ao aprofundamento das questões percebidas ao longo das entrevistas informais e questionários aplicados durante o levantamento em campo, sendo importante o registro fotográfico e a consulta de literatura especializada acerca dos assuntos e temas levantados.

Resultados e discussões

As categorias de análise são **acesso a terra, produção, estratégias familiares e relação com a sociedade**.

A comunidade de um modo geral teve acesso a terra através de herança, ou posse. Isso é uma das características do campesinato no Baixo Tocantins, a terra é passada de pais para filhos, dos quais ficam na propriedade usam a mesma para manter o sustento da família.

Outra característica apresentada na pesquisa é a relação de trabalho na propriedade, que é basicamente familiar, a maioria dos membros da família exerce uma função no trabalho do lote, desenvolvendo muitas vezes trabalhos coletivos; em casos excepcionais são contratados terceiros como por exemplo roçagem e colheita.

Quanto à relação juventude e trabalho, de acordo com o relato dos pais, os jovens não tem a pretensão de continuar o trabalho no campo da maneira que é desenvolvido atualmente na propriedade. Uma mínima parcela destes jovens, pretendem seguir nos estudos e em conhecimentos na área, e outra parte deles, até mesmo em outras áreas de conhecimento, mas o todo visa buscar um futuro diferente. Isso nos mostra que, apesar de uma pequena parte dos “herdeiros de terras” estar buscando um estreitamento com as atividades praticadas pelos pais, e com isso manter laços com o campo, ainda existe uma grande parcela que buscam aperfeiçoar-se nos estudos, almejando outros tipos de trabalho. Para esta grande parte, o trabalho no campo é considerado ‘pesado’, pouco recompensador. Um fator preocupante que gera ameaça e fere uma das características do campesinato, na relação do jovem com a propriedade.

Quanto as atividades de lazer, a comunidade do Ajó necessita de incentivos turísticos diferenciados, pois os igarapés existentes em suas proximidades são cotidianamente visitados, mais pelos moradores locais do que por pessoas de fora. Esta atividade rotineira, deixa o ambiente exaustivo segundo moradores, ocasionando ações relacionadas a mutirões, onde são realizadas socializações dos membros da comunidade que se reúnem para executar passeios externos que saiam de suas áreas de ocupação.

Praias são escassas na comunidade e através desses passeios, são incluídas rotas que não estão no hábito de quem mora na comunidade. Uma das preferências, “A fazenda” tem o balneário “Ranieri” como atração por abrigar praias de água doce, além de outros igarapés que mesmo não sendo novidades para essas pessoas, acabam se tornando estratégias de lazer daqueles que anualmente não tem o hábito de sair da comunidade.

Através da ferramenta utilizada o “Mapa da propriedade”, foi de suma importância para caracterização do campesinato na localidade de Ajó, pois nos direcionou na realização da pesquisa. De acordo com que foi indagado os resultados nos mostram que a maioria das famílias entrevistadas possuem sistemas de policultivo que se caracteriza segundo Wanderley

(1996) como uma sábia combinação de diferentes técnicas que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até que se atingisse um grande número de atividades agrícolas e produção animal.

Dessa forma, de acordo com a autora citada essas técnicas geralmente são utilizadas para suprir as suas necessidades como por exemplo, a entressafra de uma produção a outra, fornecendo segurança contra as desigualdades da colheita, garantindo o sustento da mesma durante todo o ano com diversos produtos (hortas, criação de galinha, suínos, abelhas e roça) a serem comercializados.

Dentre os sistemas de cultivos lavrados dentro da propriedade se destaca o cultivo de hortaliças. A mandioca é a segunda cultura com maior relevância na propriedade e a terceira são as frutíferas e leguminosas. A hortaliças tornaram-se importante economicamente cerca de 10 anos atrás quando os agricultores tiveram acesso a assistência técnica ofertada pela APACC através de cursos de capacitação, cujo o objetivo deste era o reflorestamento das áreas desmatadas pelas plantações de mandioca como uma forma de amenizar o impacto ambiental e social trazidos pela roça, que além de desmatar e queimar parte da mata ela ainda trazia consigo pragas, pouca renda e muito trabalho.

O cultivo de hortaliças trouxe benefícios mútuos tanto para o agricultor quanto para o consumidor e a natureza, para o agricultor gerou renda para toda família, pois nessas unidades produtoras o trabalho é familiar e dentro da propriedade, salvo em alguns casos de lavradores que prestam serviços fora do lote para ajudar nas despesas por conta de seu terreno ser pequena. Além de gerar renda, ela trouxe qualidade de vida para o trabalhador que consome os produtos da terra e também para o mercado consumidor, pois na adubação das espécies cultivadas não se utiliza agrotóxicos e sim métodos alternativos para a adubação (serragem, esterco de galinha, caroço de açaí etc.) e para o combate as pragas (nim, tabaco, etc).

Para a irrigação da horta utiliza-se água corrente por vazão de mangueiras ligados a bombas elétricas, essa técnica é feita 2 vezes ao dia, uma ao amanhecer e outra ao final da tarde, uma das formas de manter a terra fértil para todos os cultivares é a utilização do método de rotação de cultura, que se caracteriza em plantar por vez uma hortaliça de cada em uma mesma area, sendo que nas propriedades se cultivam couve, coentro, alface, maxixe, mastruz etc. Dessa forma, o cultivo de hortaliças teve resultados positivos para natureza gerando equilíbrio ecológico e sustentável, que deve ser repassado entre as gerações futuras para que esta prática não se perca.

A cultura de mandioca ainda é muito praticada, mas com pouca frequência cerca de 2 vezes durante o ano, uma vez que os agricultores esperam o roçado crescer, o que demanda tempo e muito trabalho no processamento, além de se proliferar diversas pragas como a mandarová, que algumas vezes não são combatidas e acabam estragando toda a plantação.

Outra cultura geradora de renda na comunidade são as plantações de frutíferas e leguminosas em torno do lote, que durante o amadurecimento, estas são comercializadas a comunidade, em feiras e fornecidos pela AMA para o beneficiamento de polpas de frutas, doces, geleias etc.

Na localidade de Ajó o sistema de criação é pouco diversificado havendo apenas criação de aves, suíno e abelhas. As famílias já tentaram trabalhar com piscicultura, mas em virtude da pouca vazão do rio para o igarapé próximo aos poços de peixes, esta prática vem sendo extinta no decorrer do tempo.

A criação de suíno também diminuiu com o tempo, por não haver espaço apropriado para o seu desenvolvimento, o animal é criado com o propósito de engorda para o consumo em período festivo e para venda na própria comunidade, sendo que a alimentação deste é feita com farelos, sobras de comidas e cascas de frutas durante 3 vezes ao dia.

Os agricultores deste lugar sempre trabalharam com “galinhas poedeiras”, essas aves foram adquiridas por meio de compra, são criadas em galinheiros ao redor dos lotes feitos de madeira e cobertos com palha, a alimentação é feita a base de farelos de milho, arroz e farinha de mandioca, que é oferecido 3 vezes por dia a elas.

Outro sistemas de criação utilizados por estes lavradores é a apicultura, sendo que na localidade existem somente três apicultores, um deles possui 15 caixas de abelhas (14 de *apís* e 1 de *melípona*). O fato de existir poucos apicultores nas unidades produtoras familiares é por conta do trabalho para lidar com elas, além do produtor ter que possuir técnicas de manejo para manuseá-las, pois as abelhas com ferrão produzirem apitoxinas que podem ser letais ao ser humano. Porém, o mercado é bastante promissor para este produto comercializado como medicamento, ele é fonte de nutrientes benéficos ao nosso organismo, sendo que o litro do mel (produto apícola mais vendido entre eles) custa em média R\$ 40,00, dessa forma, as abelhas são fundamentais tanto economicamente como ecologicamente, por manterem o equilíbrio da flora local polinizado novas e antigas espécies.

Quanto as redes de apoio, observou-se que os moradores da comunidade de Ajó possuem acesso somente a duas redes de apoio, que é o Bolsa Família e a APACC, sendo o primeiro ofertado pelo governo federal para o auxílio financeiro de famílias de baixa renda,

tendo como principal objetivo a permanência das crianças na escola. Para os agricultores esse programa tem ajudado bastante nas despesas escolares das crianças e nas necessidades básicas do domicílio.

A APACC atualmente tem um papel importante nesta localidade, pois oferece uma assessoria técnica para o pequeno agricultor, fazendo com que eles possam cultivar diversos produtos com quantidade e qualidade. Um dos maiores feitos promovidos pela APACC foi a realização de Feira Agroecológica, na qual dá a oportunidade do agricultor vender diretamente ao consumidor com preços mais acessíveis, resultando no aumento da renda e na valorização dos produtos e dos produtores da agricultura familiar.

A comercialização dos produtos originados nas UPF's da comunidade do Ajó, ocorrem de três maneiras. A primeira e mais comum a alguns produtos, tais como hortaliças, caipirão, patos, suínos, polpas de frutas regionais, farinha d'água, são comercializados na propriedade com atravessadores e/ou vizinhos/parentes locais, mas geralmente em períodos de festividades. Outra forma de comercialização é na feira livre do município de Cametá, para os produtores que tem local fixo para sua comercialização. Já a terceira forma de comercialização é a feira solidária, ou feira do agricultor familiar, a qual ocorre por quinzenas. Mas ainda apresenta grandes desafios para sua estruturação e formalização. Apesar desta proposta apresentar-se como um escape para o desenvolvimento da agricultura familiar local, são notórias as falhas de organização e credibilidade no projeto, por parte dos próprios agricultores (de toda região de Cametá). Estes encontram-se ainda muito dispersos e desestimulados pelos entraves ainda existentes, referentes a transporte dos produtos da propriedade até o centro urbano, falta de um local fixo para a comercialização permanente, apoio de alguns órgão ou organizações voltadas a produção agrícola e etc.

Existem alguns fatores que afetam o desenvolvimento da Comunidade do Ajó. Com a utilização da ferramenta painel de visualização, Figura 4, foi possível desvelar a situação da comunidade, foi identificado no ambiente interno da comunidade as fortalezas grupo de mulheres, pratica do mutirão, lazer local e como fraqueza os agricultores relataram a precariedade da saúde, educação, segurança e infraestrutura. Para conseguirem acesso a saúde e educação, eles se deslocam para a cidade, que não consegue suprir a necessidade do município. Em relação a segurança, o policiamento se apresenta somente em casos

excepcionais, além disso, as condições da estrada dificulta o deslocamento, afetando a comercialização dos produtos agrícola da comunidade.

Outro fator identificado na comunidade é em relação aos fatores externos que influenciam ou não na vida dos agricultores. Eles apontaram como oportunidade para o seu desenvolvimento as parcerias com as instituições de ensino e com órgãos públicos de assistência técnica que podem proporcionar o acesso a informação sobre melhorias de técnicas de produção e acesso a políticas públicas, o apoio da APACC, que tem gerado fortalecimento através de curso de formação e incentivo a organização dos agricultores e para a juventude os cursos para área do campo nos institutos e universidades são a esperança de instiga-los a continuar o trabalho no campo. Por outro lado, a ausências dos órgãos de ATER, da ineficiência de infra estrutura básica como melhoria de estrada, educação, saúde e segurança e falta de informação sobre políticas públicas, foram apontados como ameaças ao fortalecimento da comunidade do Ajó.

Quadro 1 – Descrição das potencialidades da Comunidade Ajó.

POTENCIALIDADES	
Interno à comunidade	Externo à comunidade
Consolidação e organização do grupo de mulheres através da AMA.	Consumidores do centro urbano de Cametá, apresenta grande valorização pelos produtos agroecológicos originados da agricultura familiar.
Produção diversificada para a comercialização dos produtos mesmo na entre safra, além de artesanatos, etc.	Uma pequena parte dos consumidores das feiras livres, já conseguem identificar as diferenças entre os produtos produzidos em Cametá, e os oriundos da ceasa em Belem.
Excelente grau de escolarização, dos filhos de agricultores, permitindo maior interesse por conhecimento tecnológico.	A cidade recebe um público turístico, nos períodos de festividades religiosas, carnaval, férias e festas de final de ano, sendo este também um dos fatores de aquecimento do mercado local.
Tem reconhecimento estadual e nacional pela organização da associação local.	Os consumidores apresentam tendências ao consumo de produtos naturais, sem aditivos químicos, em busca de qualidade de vida

Quadro 2 – Descrição das Fragilidades da Comunidade Ajó.

FRAGILIDADES	
Interno à comunidade	Externo à comunidade
A comunidade necessita de incentivo de outros órgãos voltados a área de produção, muitas agricultoras relataram desconhecer a função de alguns órgãos citados durante a entrevista.	Local fixo para comercialização dos produtos;

Grande parte da juventude não apresenta interesse em dar continuidade as atividades agrícolas locais. Um reflexo da vida sofrida dos pais, apesar de a cidade de Cametá disponibilizar vagas publicas nas áreas de agronomia, técnico em agropecuária, meio ambiente e zootecnia, os pais entendem que são responsáveis em passar aos filhos, essa visão errônea sobre a produção agropecuária.	Aumentar a valorização da produção local;
A falta de segurança no local. Os constantes assaltos nas vias de acesso, e o roubo de animais (sirimbabos) apresentam-se como fatores para redução da produção local	Fortalecimento da agricultura familiar;
Falta de serviços públicos básicos, como coleta de lixo, saneamento básico, assistência medica e social.	Assistência técnica funcional.

O auxilio e boa aplicação de algumas ferramentas de ATER nos permitiu identificar as características do campesinato no Baixo Tocantins, no qual presenciamos as dificuldades, ameaças, oportunidades e fortalezas da comunidade visitada. Percebemos na comunidade uma boa organização coletiva, principalmente do grupo de mulheres, pois é o que mais se destaca nas realizações de mutirões, fortalecendo cada vez mais a comunidade.

Nas unidades produtoras familiares percebeu-se a presença do sistema policultivo, sendo um forte gerador de renda das famílias, esse sistema tem um importante papel no equilíbrio na natureza, conservando e interagindo com a mesma.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, L. F. B.; CRUZ M. J. M.; MARQUES R. O. A Agricultura Camponesa Na Amazônia: Um Estudo De Caso No Assentamento De Vila Amazônia. Xi-Encontro Nacional Da Anpege, Parintins-Am, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em ><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama><

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO , R. e CARLOS, A. F. (orgs.), Procesos territoriales em Argentina y Brasil. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. João Pedro Stédile (org.). 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002

Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.